
**A IMPORTÂNCIA DO FARMACÊUTICO NA ADESÃO E CONCILIAÇÃO
MEDICAMENTOSA DE IDOSOS RESIDENTES EM INSTITUIÇÃO DE LONGA
PERMANÊNCIA**

Natália Chiampi Munhoz¹
Jéssica Andressa Bazana Roxadelli²
Ana Clara Ferreira Marinelli³
Fabiane Yuri Yamacita Borin⁴

RESUMO

O envelhecimento da população brasileira, juntamente com o envelhecimento da população idosa trazem mudanças na sociedade moderna e nos arranjos familiares, o qual acaba resultando em uma maior visibilidade desse grupo. A inserção a uma instituição de longa permanência para idosos (ILPs) vem como opção para aqueles familiares que não são capazes de compreender as mudanças atreladas ao envelhecimento. O acúmulo de patologias, diminuição das capacidades sensório-perceptivas, crescimento no consumo de medicamentos por esse grupo exige mais atenção e cuidados diários. A relação do profissional farmacêutico com a equipe multiprofissional e a interação com o paciente é de extrema importância para melhora na saúde, segurança e qualidade de vida do paciente. A conciliação medicamentosa vem como uma estratégia para otimização da farmacoterapia e também melhora da adesão ao tratamento, é um processo que visa fazer a comunicação entre a história clínica do paciente com todos os medicamentos de uso contínuo. O objetivo desta revisão da literatura foi o de relatar a importância do farmacêutico clínico no processo de adesão e conciliação medicamentosa de pacientes institucionalizados e juntamente com a equipe multiprofissional melhorar a sua qualidade de vida.

377

Palavras-chave: Adesão. Conciliação medicamentosa. Idosos. Instituto de longa permanência. Farmacêutico clínico.

ABSTRACT

The aging of the Brazilian population, together with the aging of the elderly population brings changes in modern society and in family arrangements, which ends up resulting in a greater visibility of this group. The insertion to a long permanence institution for the elderly (ILPs) comes as an option for those family members who are not able to understand the changes linked to aging. The accumulation of pathologies, reduction

¹ Acadêmica da Pós Graduação de Farmácia Clínica e Farmacoterapia do Centro Universitário Filadélfia - UniFil. E-mail: nataliacmunhoz@gmail.com. Autora para correspondência.

² Acadêmica da Pós Graduação de Farmácia Clínica e Farmacoterapia do Centro Universitário Filadélfia - Unifil. E-mail: jeh.bazana@gmail.com. Autora para correspondência.

³ Acadêmica da Pós Graduação de Farmácia Clínica e Farmacoterapia do Centro Universitário Filadélfia - Unifil. E-mail: anacfmartinelli@gmail.com. Autora para correspondência.

⁴ Docente da Pós Graduação de Farmácia Clínica e Farmacoterapia do Centro Universitário Filadélfia - UniFil. E-mail: fabiane.yamacita@unifil.br.

of the sensory-perceptual capacities, growth in the consumption of medicines by this group demands more attention and daily care. The relationship between the pharmaceutical professional and the multiprofessional team and the interaction with the patient is extremely important to improve the health, safety and quality of life of the patient. The conciliation of medication comes as a strategy for the optimization of pharmacotherapy and also improvement of adherence to treatment, is a process that aims to make the communication between the clinical history of the patient with all the medicines of continuous use. The objective of this literature review was to report on the importance of the clinical pharmacist in the process of adherence and conciliation of medication of institutionalized patients and together with the multiprofessional team improve their quality of life.

Keywords: Adherence, Drug Conciliation, Elderly, Long Term Care Institute, Clinical Pharmacist.

INTRODUÇÃO

No Brasil, há cerca de 21 milhões de pessoas com mais de 60 anos, o que corresponde a 11,3% da população (ONU, 2009). Ainda de acordo com as estimativas, em 2050 haverá cerca de 50 milhões de idosos apenas no Brasil (ONU, 2012).

O envelhecimento da população brasileira, juntamente com o envelhecimento da população idosa trazem mudanças na sociedade moderna, nos arranjos familiares, o qual acaba resultando em uma maior visibilidade desse grupo.

Nesse processo de envelhecimento a família tem uma importância central, pois acaba sendo a fonte de suporte e manutenção para saúde e bem-estar do idoso. Porém, a inserção a uma instituição de longa permanência para idosos (ILPs) vem como opção para aqueles familiares que não são capazes de compreender as mudanças atreladas ao envelhecimento, seja por convivência, comportamento, cuidado ou até mesmo por questões financeiras.

Além do aumento expressivo da população idosa no país, tem sido observado também um crescimento no consumo de medicamentos por esse grupo. Ao longo da vida, os idosos vão acumulando diversas patologias, que conseqüentemente exigem mais atenção e cuidados no acompanhamento farmacoterapêutico. (PEREIRA; FREITAS, 2008)

O uso de vários medicamentos na terapia, denominado polifarmácia, está associado ao aumento de reações adversas ao medicamento, ocorrência de

interações medicamentosas, erros de dosagens, além de diminuir significativamente a adesão farmacoterapêutica e predispor a morbimortalidade (SECOLI, 2010).

A conciliação medicamentosa é um processo que visa fazer a comunicação entre a história clínica do paciente com todos os medicamentos de uso contínuo. Através da elaboração de uma lista completa dos medicamentos que o paciente utilizava no domicílio é possível fazer comparações com as prescrições médicas feitas na admissão, consultas ambulatoriais com outras especialidades e altas hospitalares (ASPDEN, *et al.*, 2007).

Com a farmácia clínica no cenário contemporâneo o profissional farmacêutico se reconectou com a área da saúde, aumentando o contato com o paciente, promovendo saúde e trazendo um novo sentido para a profissão farmacêutica. Sua atuação auxilia as necessidades dos pacientes, contribuindo com sua experiência no assunto e proporcionando uma maior adesão ao tratamento, principalmente para pacientes com idade avançada e polimedicados.

Desta forma, este artigo propôs realizar uma revisão da literatura sobre os idosos institucionalizados e a atuação do farmacêutico clínico no processo de identificação e resolução de problemas relacionados aos medicamentos, e junto a equipe multidisciplinar promover saúde, segurança e qualidade de vida para os pacientes.

379

DESENVOLVIMENTO

A população mundial está envelhecendo, fato observado não só em países desenvolvidos, mas também naqueles em desenvolvimento. Com as mudanças na sociedade brasileira ao longo do século XX, não são todas as famílias que conseguem suprir a demanda e ofertar os devidos cuidados para o seu idoso, mesmo a legislação brasileira estabelecendo que os idosos sejam preferencialmente cuidados em seus lares.

Com o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, o declínio da fecundidade, as mudanças nos padrões de nupcialidade, os movimentos migratórios, entre outros fatores, estão aumentando a demanda por modelos alternativos de cuidado aos idosos em situação de dependência. Isso proporciona

uma nova divisão de trabalho entre o Estado, família e o mercado privado para a provisão de cuidados para esse grupo populacional. (CAMARANO; MELLO, 2010).

O que se pode esperar com esses dados é o aumento de uma população mais dependente de cuidados, uma vez que a partir dos 65 anos é definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como um marco no aumento da prevalência de problemas relacionados ao envelhecimento, como a diminuição da acuidade visual e auditiva, incontínências, incidências de quedas, demência, depressão e isolamento.

A diminuição das capacidades sensório-perceptivas decorrentes do processo natural do envelhecimento pode afetar a comunicação do idoso, levando-o ao isolamento. O indivíduo algumas vezes demora para perceber ou até mesmo aceitar e começar tratar suas dificuldades, conseqüentemente acabam se afastando do convívio familiar e social para evitar situações constrangedoras.

Mediante a essas mudanças temos o principal ponto que acarreta os familiares a colocarem como opção a inserção do idoso em uma instituição de longa permanência (ILPs), pois o próprio processo de envelhecimento vem com um fator complicador de dependência, fator esse desafiador tanto para o idoso como para a família.

Diante disso, o cuidado a idosos institucionalizados vem preocupando a sociedade devido ao crescente aumento da população idosa no Brasil, o qual se reflete no aumento da demanda para instituições e das denúncias frequentes, que indicam a precariedade de algumas delas (RIBEIRO; FERREIRA; MAGALHÃES; MOREIRA; FERREIRA, 2009).

As ILPs têm origem ligada aos asilos, modalidade mais antiga de atendimento ao idoso. Inicialmente voltadas à população carente, as instituições brasileiras públicas e filantrópicas apresentaram um percentual maior de residentes independentes, pois são aqueles que necessitavam de abrigo, enquanto nas instituições privadas com fins lucrativos se observa um percentual mais elevado de idosos dependentes, o que sugere que a ida desse idoso a instituição está ligada a uma dependência física/mental mais elevada, que está relacionado com o fato dos familiares não se adaptarem a essas mudanças atreladas a velhice e não conseguirem adequar a suas rotinas. Porém, a internação numa ILPs pode obedecer a causas de ordem individual, social, econômica, de saúde, ou a uma combinação delas.

São considerados idosos dependentes, aqueles que necessitam de ajuda em todas as atividades de autocuidado, tais como fazer a higiene pessoal, se vestir, alimentar ou locomover; e/ou que tenham comprometimento cognitivo devido à idade. Já os semidependentes são as pessoas que necessitam de ajuda em até três atividades de autocuidado e não tenham nenhum comprometimento cognitivo devido à idade. Os independentes são os demais.

Não há consenso, no Brasil, sobre o que seja uma Instituição de Longa Permanência para Idosos, porém ela foi legitimada pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), correspondendo "Long Term Care Institution", para substituir a denominação asilo, abrigo, casa de repouso, lar, clínica geriátrica (CREUTZBERG *et al.*, 2008). Denominações que carregam estereótipo de um lugar de tristeza, abandono, pobreza e decadência.

Desse modo, deve-se desvencilhar essa visão e associar a uma tentativa de solução de problemas relacionados à saúde, pobreza e mendicância. Mais do que isso, as ILPs são uma proposta de uniformização das instituições, que prestam assistência aos idosos, garantindo condições de bem-estar físico, emocional e social, em conformidade, entre outros, com o Estatuto do Idoso, com a legislação vigente e com as políticas públicas relacionadas a essa população (BORN, 2008; CAMARANO; KANSO, 2011).

As instituições de longa permanência apesar de não serem consideradas instituições de saúde, tem como principal diferencial a oferta de serviços de saúde, tendo em vista que com o avançar da idade há uma maior probabilidade no desenvolvimento de doenças, dependência nas atividades rotineiras e perda de autonomia. Esses serviços vão desde médicos, fisioterapia, até terapia ocupacional e psicológica. Portanto, é de suma importância a qualificação e o comprometimento dos profissionais contratados para cuidar dos idosos, para auxiliá-los em suas atividades de vida diária, uma vez que são eles os responsáveis pela gestão do ambiente das instituições de longa permanência.

Na vida do idoso, os medicamentos possuem um importante papel na prevenção, manutenção e recuperação da saúde, promovendo a melhora da qualidade e expectativa de vida da população. No Brasil, entretanto, apesar dos muitos benefícios associados aos medicamentos, os problemas de saúde relacionados à farmacoterapia acontecem com grande frequência (AIZENSTEIN,

2010). O uso irracional de medicamentos, a utilização inadequada ou a não utilização total dos fármacos prescritos, ocasionam falhas na farmacoterapia, resultando em complicações à saúde, prejuízos econômicos, sociais e aumentando a não adesão ao tratamento (LEITE; VASCONCELLOS, 2003).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a adesão medicamentosa é analisada pelo grau em que o comportamento de uma pessoa é representado pela ingestão de medicação, mudanças no estilo de vida, seguimento de uma dieta ou qualquer recomendação médica ou de outro profissional de saúde (OMS, 2003). Para que a adesão seja completa, é necessário que o paciente concorde com terapia indicada (GUSMÃO, 2009).

Porém, um dos obstáculos apresentados por Graça (2015) é o grau de letramento em saúde do paciente e/ou cuidador, que pode ser limitada e dificultar a terapia indicada. Mediante as barreiras de compreensão entre o profissional e o paciente sobre a polifarmácia utilizada, pode ocorrer uma coleta errônea ou incompleta das informações a qual é obtida na primeira anamnese (ALVIM, 2015).

A relação entre profissional de saúde e o paciente é de extrema importância para a adesão ao tratamento, pois pacientes aderem melhor ao tratamento quando se sentem satisfeitos com a equipe (ALMEIDA *et al.*, 2007). A confiança do paciente na equipe de saúde é fator determinante para adesão (LEITE; VASCONCELLOS, 2003).

Outro fator importante é a conciliação medicamentosa. Alguns estudos demonstraram grandes resultados na diminuição de efeitos adversos relacionados ao medicamento, com a redução das diferenças encontradas entre as múltiplas prescrições médicas e medicamentos utilizados em casa, sendo esses, isentos de prescrição ou não. Essas análises e anamneses com o paciente promoveram uma redução de aproximadamente 70% dos casos de erros de medicações (ASPDEN, *et al.*, 2007; KETCHUM, *et al.*, 2005).

A conciliação medicamentosa é um serviço para pacientes que receberam a alta hospitalar, porém quando chegam em seu lar percebem a existência de várias prescrições médicas. O paciente ou seu cuidador podem ficar confusos com as informações recebidas quanto aos medicamentos que devem ser mantidos ou os medicamentos que devem ser suspensos, dosagens alteradas ou repetidas. Isso promove um grande desconforto, já que muitas vezes o paciente já usa alguns medicamentos em sua rotina. (CORRER, 2016).

Entre os idosos que fazem uso de medicamentos contínuos, a polifarmácia têm se destacado como um dos principais agravantes para os efeitos adversos. Tudo isso por se tratar de uma população vulnerável, com diversas patologias clínicas presentes e alterações fisiológicas correspondentes ao envelhecimento (ROZENFELD, 2003). Diante disso, a conciliação medicamentosa vem como uma estratégia para otimização da farmacoterapia e também melhora da adesão ao tratamento, visto que, melhora a assistência prestada ao idoso e transição do cuidado à saúde (SECOLI, 2010; BARNSTEINER, 2005).

O processo de conciliação medicamentosa inicia-se com a coleta de dados completa do paciente ou seu cuidador pelo farmacêutico clínico. É feita a captação dos receituários médicos e também analisado cada medicamento que faz parte da rotina do paciente (MARQUES; LIEBER, 2014).

Quando o paciente tem a alta hospitalar ou admissão na unidade, o farmacêutico clínico faz a validação da prescrição médica, comparando com prescrições antigas, buscando saber sobre os medicamentos que o paciente já faz uso e verificando se há possível duplicidade de medicamentos e interações medicamentosas, possibilitando uma maior compreensão para o paciente ou cuidador sobre seu tratamento (FIGUEIREDO *et al.*, 2016; LIMA *et al.*, 2016).

Durante essa etapa é importante que ocorra uma descrição fidedigna da prescrição e também dos medicamentos isentos de prescrição médica (MIP) que o paciente faz uso, fornecendo informações como: nome da substância, dosagem, posologia, duração do tratamento e via de administração. Deve ser observado também os tratamentos concluídos ou não recentemente, analisando a história clínica atual do paciente (MARQUES, 2013).

Segundo Marques *et al.* (2010) e Frizon *et al.* (2014), o mais importante desse processo é a segurança do paciente com a terapia, de forma que toda intervenção realizada deve ser registrada e facilmente encontrada, tanto para o paciente e/ou cuidador tanto para equipe multiprofissional que presta o cuidado. O objetivo será evitar interações e complicações decorrentes do medicamento.

Com a conciliação medicamentosa é possível fazer a identificação das intercorrências, através da comparação de todos os dados coletados na ficha clínica pelo farmacêutico, e assim, fazer as intervenções necessárias para adequação do tratamento medicamentoso junto com o médico responsável (ALLEN, *et al.*, 2014).

A profissão farmacêutica com a evolução ao longo dos anos, direcionou o seu foco para o cuidado, promovendo mais saúde para o paciente, estreitando os laços com outros profissionais da saúde, o que proporciona muitos benefícios a farmacoterapia do público idoso (AFONSO, 2015).

A relação do profissional farmacêutico com a equipe multiprofissional e a interação com o paciente é de extrema importância no tratamento medicamentoso, mostrando resultados positivos para o acompanhamento da farmacoterapia e adesão ao tratamento, trazendo confiança e uma terapia medicamentosa mais segura e racional, que irá melhorar a qualidade de vida dos pacientes (STRAND *et al.*, 1990).

O aumento da prevalência das doenças crônicas, e comorbidades relacionadas ao envelhecimento demográfico e a maior complexidade dos esquemas terapêuticos, mostram a necessária intervenção dos profissionais de saúde em todos os momentos em que o paciente necessita de cuidados, desde o momento que o recebem ou que o transferem de setor, e até mesmo na alta hospitalar ou clínica (AFONSO, 2015).

Tendo o profissional farmacêutico clínico como aliado no acompanhamento farmacoterapêutico dos pacientes, verificou-se que os resultados terapêuticos trazem muitos benefícios, por meio de resolução dos problemas relacionados a conciliação medicamentosa (CIPOLLE; STRAND; MORLEY 2000).

Devido a essa vulnerabilidade desenvolvida com o envelhecimento, o metabolismo como um todo acaba ficando sujeito ao comprometimento, principalmente a distribuição e metabolização das drogas, o que pode acarretar em efeitos adversos intensificados devido a interações medicamentosas. Dessa forma, tendo em vista o público alvo das ILPs, o serviço de atenção farmacêutica voltada para avaliação e conciliação medicamentosa se torna essencial, visando um resultado terapêutico desejado e seguro que conseqüentemente melhora a qualidade de vida do indivíduo.

CONCLUSÃO

Pessoas em todo o mundo estão vivendo mais e com o avançar da idade as mudanças fisiológicas relacionadas ao envelhecimento levam o paciente a um

consumo aumentado de medicamentos, favorecendo a polifarmácia e consequentemente as interações medicamentosas.

Diversos fatores levam um idoso a ser transferido para uma ILPs, onde a dependência para atividades rotineiras acaba tendo um grande peso no momento de decisão, tendo em vista as mudanças na organização familiar observada no século XX atreladas ao envelhecimento da população como um todo.

A partir do momento em que o paciente se encontra institucionalizado a equipe multiprofissional têm o papel central de fornecer condições adequadas que garantam a qualidade de vida do indivíduo. O farmacêutico nesse cenário pode funcionar como um elo de ligação entre o ato da prescrição e o de administração da medicação, pois em um ambiente como esse quem avaliaria as interações medicamentosas? Quem realizaria o acompanhamento farmacoterapêutico do paciente admitido na instituição?

Com base no referencial utilizado, é possível perceber a importância do farmacêutico na prevenção de erros relacionados à medicação. Logo, a atuação acaba sendo de grande valia em ILPs, tendo em vista o público residente e as diversas especialidades médicas que fazem o seu acompanhamento e acabam não “se conversando” a respeito da terapêutica indicada.

Essas são questões essenciais que podem nortear novas propostas de organização desses espaços, a formação de uma equipe multiprofissional qualificada seria uma maneira de implementar diferentes saberes profissionais em saúde em prol dos pacientes, e o farmacêutico vem como um pilar essencial para o monitoramento da associação dos medicamentos, através da avaliação da prescrição e da identificação de situações que levam as interações medicamentosas, duplicidade de prescrição e eventos adversos, garantindo a continuidade do cuidado e a otimização de seu tratamento.

REFERÊNCIAS

AIZENSTEIN, M. L. **Fundamentos para o uso racional de medicamentos**. São Paulo: Artes Médicas, 2010.

ALLEN, J.; HUTCHINSON, A. M.; BROWN, R.; LIVINGSTON, P. M. Quality care outcomes following transitional care interventions for older people from hospital to home: a systematic review. **BMC Health Services Research**. v.14, n. 1, p. 346, 2014. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25128468>.

ALMEIDA, H.O.; VERSIANI E.R.; DIAS A.R.; NOVAES M.R.C.G.; TRINDADE E.M.V. Adesão a tratamento entre idosos. **Comunicação em Ciência da Saúde**, Brasília, DF, v. 18, n. 1, p. 57-67, 2007.

ALVIM, Beatriz Alves. Importância da Implantação e Desenvolvimento da Reconciliação Medicamentosa em Hospitais. Disponível em: <https://ulbrato.br/bibliotecadigital/uploads/document/56e7026bcbf4f.pdf>.

ASPDEN, P *et al.* **Committee on Identifying and Preventing Medication Errors.** Preventing medication errors. Quality Chasm Series (Hardcover). Washington: National Academies Press [Internet]. Disponível em: <https://www.sbrafh.org.br/site/index/library/id/53>. Acesso em: 22 nov. 2020.

BARNSTEINER, J. H. Medication reconciliation: Transfer of medication information across settings - keeping it free from error. **Am J Nursing.**, v. 105, (3 Suppl), p. 31-6, 2005.

BORN, T. O cuidador familiar da pessoa idosa. *In*: BORN, T. (Ed.). **Cuidar melhor e evitar a violência: Manual do cuidador da pessoa idosa.** Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2008. p. 59-63

CAMARANO, A. A.; KANSO, S. Previdência Social no Brasil: Contornos e horizontes. *In*: BIASOTO JUNIOR, G.; SILVA, L. A. P. (Orgs.). **Políticas Públicas em questão.** São Paulo, SP: Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 2011. p. 27-57

386

CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L. Introdução. *In*: CAMARANO, A. A. (Ed.). **Cuidados de longa duração para a população idosa: Um novo risco social a ser assumido?** Rio de Janeiro, RJ: Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010. p. 13-38

CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L. Cuidados de longa duração no Brasil: O arcabouço legal e as ações governamentais. *In*: CAMARANO, A. A. (Ed.). **Cuidados de longa duração para a população idosa: Um novo risco social a ser assumido?** Rio de Janeiro, RJ: Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010. p. 67-92

CORRER, C. J. **Farmácia clínica e a prestação de serviços farmacêuticos.** Curitiba: Ed. Practice, 2016.

FIGUEIREDO, Tacita Pires *et al.* Análise das Intervenções Realizadas na Alta Hospitalar de Idosos Acompanhados em Serviço de Orientação e Referenciamento Farmacoterapêutico. **Revista de APS**, v. 19, n. 3, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/apsLegada/article/view/7495>. Acesso em: 22 nov. 2020.

FREITAS, M. A. V.; SCHEICHER, M. E. Qualidade de vida de idosos institucionalizados. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 395-401, 2010.

FRIZON, Fernanda et al. Reconciliação de medicamentos em hospital universitário [Medication reconciliation at a university hospital]. **Revista Enfermagem UERJ**, v. 22, n. 4, p. 454-460, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerjbr/index.php/enfermagemuerj/article/view/13775>. Acesso em: 22 nov. 2020

GRAÇA, D. D. C. **Avaliação do processo de conciliação medicamentosa em pacientes pediátricos em um hospital público especializado no estado do Rio de Janeiro**. 2015. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/13614>. Acesso em: 22 nov. 2020

Ketchum K, Grass CA, Padwojski A. Medication reconciliation: verifying medication orders and clarifying discrepancies should be standard practice. **Am J Nurs**, v.105, n. 1, p. 78-85, 2005.

LEITE, S. N.; VASCONCELLOS, M. P. C. Adesão à terapêutica medicamentosa: elementos para discussão de conceitos e pressupostos adotados na literatura. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 775-782, 2003.

LIMA, Livia Falcão et al. Orientação farmacêutica na alta hospitalar de pacientes transplantados: estratégia para a segurança do paciente. **Einstein**, São Paulo, v. 14, n.3, p. 359-365, 2016. Disponível em: <https://journaleinsteinbr/pt-br/article/orientacaofarmacutica-na-alta-hospitalar-de-pacientes-transplantados-estrategia-para-a-seguranca-do-paciente/>. Acesso em: 22 nov. 2020

MARQUES, L. F. G.; ROMANO-LIEBER, N. S. Estratégias para a segurança do paciente no processo de uso de medicamentos após alta hospitalar. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v.24, p. 401-420, 2014. Disponível em: https://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S0103-73312014000200401&script=sci_abstract. Acesso em: 22 nov. 2020

MARQUES, L. F. G. **Uso de medicamentos e a segurança do paciente na interface entre hospital, atenção básica e domicílio**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6135/tde02042013-105600/en.php>.

MARQUES, L. F. G.; FURTADO, I. C.; DI MONACO, L. C. R. **Alta hospitalar: um enfoque farmacêutico**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Atenção Farmacêutica.) - Instituto Racine, São Paulo: 2010. Disponível em: http://bvs.ms.saude.gov.br/bvs/premio_medica/2010/mencoes/trabalho_completo_liete_fatima_g_ouveia_marques.pdf. Acesso em: 22 nov. 2020

OMS. **Adherence to Long-term Therapies: Evidence for Action**. 2003. Disponível em: [//apps.who.int/iris/bitstream/10665/42682/1/9241545992.pdf](https://apps.who.int/iris/bitstream/10665/42682/1/9241545992.pdf). Acesso em: 23 nov. 2020.

PEREIRA, L. R. L.; FREITAS, O. A evolução da atenção farmacêutica e a perspectiva para o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas**, v. 44, n.4, p. 601-612, 2008.

RIBEIRO, M. T. F.; FERREIRA, R. C.; MAGALHÃES, C. S.; MOREIRA, A. N.; FERREIRA, E. F. Processo de cuidar nas instituições de longa permanência: Visão dos cuidadores formais de idosos. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 62, n. 6, p. 870-875, 2009.

ROZENFELD, S. Prevalência, fatores associados e mau uso de medicamentos entre os idosos: uma revisão. **Cad Saúde Pública**, v.19, n. 3, p. 717-24, 2003.

SECOLI, S.R. Polifarmácia: Interações e reações adversas no uso de medicamentos por idosos. **Rev bras enferm**, v.63, n. 1, p. 136-40, 2010.